



## **POTENCIALIDADES DO PATRIMÔNIO AGRÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL APLICADA À MICRORREGIÃO DE CANOINHAS, SANTA CATARINA, BRASIL**

Alexandre Assis Tomporoski. Doutor. Professor permanente do Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional PPGDR da Universidade do Contestado-UNC

Julio Plaza Tabasco. Doutor. Professor da Universidad de Castilla-La Mancha  
Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio

Sandro Luiz Bazzanella. Doutor. Professor permanente do Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional PPGDR da Universidade do Contestado-UNC

Patricia Minini Wechinewsky Guerber. Mestre. Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da Universidade do Contestado-UNC

**Resumo:** A dinamicidade da categoria patrimônio cultural resultou na constituição de inúmeras variáveis conceituais ao longo do tempo. No entanto, alguns bens patrimoniais seguiram carentes de identificação e reconhecimento. Esse foi o caso dos bens patrimoniais agrários, que historicamente foram alvo de um processo de marginalização, que reiteradamente impacta o mundo rural e seus protagonistas. Ao longo da última década, essa lacuna vem sendo preenchida por meio da constituição da categoria de patrimônio agrário, a qual permite a valoração dos bens patrimoniais agrários a partir da premissa de que a agricultura é cultura. Mais recentemente, o debate acerca deste conceito e de sua aplicabilidade transcendeu as fronteiras europeias e chegou ao Sul global, em especial ao território brasileiro, onde pesquisadores têm trabalhado na sua operacionalização. Este artigo se propõe a analisar as caívas, patrimônio agrário localizado na microrregião de Canoinhas, Santa Catarina, Brasil. Com esse objetivo, empregou-se uma abordagem qualitativa, marcada por ampla revisão bibliográfica sobre os temas centrais da pesquisa, sistemática revisão documental e saídas a campo para estudos in loco das caívas localizadas no recorte territorial previamente definido. Entre os principais resultados obtidos destaca-se a identificação de um amplo conjunto de bens patrimoniais agrários presentes no âmbito das caívas, cuja manutenção da atividade produtiva consiste em condição fundamental para sua preservação. Conclui-se que as caívas efetivamente configuram exemplo de patrimônio agrário e que esta categoria patrimonial apresenta relevante potencial de aplicabilidade, especialmente em territórios que buscam estratégias alternativas de desenvolvimento regional.



**Palavras-chave:** Patrimônio Agrário. Desenvolvimento Regional. Microrregião de Canoinhas. Santa Catarina. Brasil.

## Introdução

A noção de patrimônio – vinculada ao patrimônio cultural e demais variáveis – possui origem etimológica no latim, que significa a expressão *patrimonium* como aquilo que pertencente ao pai, ao chefe da família, e que poderia ser legado em testamento. Essa origem, no âmbito privado do direito de propriedade, está associada à perspectiva e interesses das elites. Em suma, patrimônio era um valor aristocrático e privado (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.11).

No decorrer dos séculos, a expressão e seu sentido transformaram-se continuamente. No período medieval incorporou o elemento religioso, importante referencial simbólico e coletivo. A reação das elites consistiu basicamente na implementação do processo de monumentalização das igrejas e criação das catedrais. A partir do Renascimento, a noção de patrimônio incorporou o humanismo nascente e passou a opor-se ao teocentrismo, mesmo que seu caráter aristocrático tenha sido mantido.

Essa longa e conturbada trajetória encontrou uma importante mudança na França, onde se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio. Os desdobramentos da Revolução Francesa (1789) demandaram a necessidade de implementar ações que fomentassem a criação da cidadania, afinal, anteriormente, durante o período absolutista, a noção de cidadão sequer existia. Para tanto, era necessário fornecer meios para que as pessoas compartilhassem valores e costumes, uma origem supostamente comum.

Paralelamente, com a ascensão dos Estados Nacionais, ocorreram alterações significativas no conceito de patrimônio, que passou a ser relacionado, à ideia de pertencimento à nação, ou ainda, ao processo de “invenção” de um conjunto de cidadãos que deveria compartilhar um idioma, aspectos culturais, origem e território comuns, mesmo que nunca o tivessem feito. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, o sentido do patrimônio foi marcado pelos nacionalismos.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcado pelo surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 24 de outubro de 1945, e pela criação da UNESCO, três semanas mais tarde, como órgão da ONU responsável por questões relacionadas com a Educação, Ciência e Cultura, também foi decisivo para o debate a respeito do patrimônio cultural. Nesse contexto, se desenvolveram abordagens mais abrangentes e menos restritivas do conceito de cultura e, por consequência, de patrimônio.



Importa mencionar que a intensificação dos movimentos sociais, com a inclusão da pauta ambiental, contribuiu para a ampliação da noção de patrimônio, que, além da cultura, incluiu também a noção da natureza. Esse processo levou à consolidação da diversidade humana e ambiental como um valor a ser promovido. Nesse sentido, surgiram gradativamente possibilidades de uma ampla variedade de âmbitos patrimoniais: patrimônios de valor local, municipal e de comunidades tradicionais.

No cenário brasileiro, a transformação histórica do conceito de patrimônio seguiu parâmetros similares aos do cenário internacional. Pode-se afirmar que a perspectiva patrimonial dominante entre as políticas públicas implementadas em território brasileiro ao longo do século XX valorizaram os bens culturais ligados às elites e aos imigrantes europeus e seus descendentes, em detrimento dos bens culturais advindos dos “de baixo” (THOMPSON, 1984, p. 13-14) e dos não-brancos. Esta tendência passou a ser questionada com a redemocratização do país, ao longo da década de 1980, depois de vinte e um anos de Ditadura civil-militar (1964-1985).

Essa análise da trajetória do conceito de patrimônio cultural – seja no contexto internacional ou brasileiro – desvela um processo dinâmico, que resultou na incorporação de transformações sociais e culturais ao longo do tempo e tornou-se mais amplo para atender tais alterações. Porém, ao longo dessa história, um determinado grupo e o conjunto de práticas que desenvolve não foi contemplado pela ampliação do conceito de patrimônio cultural. A agricultura e as técnicas, conhecimentos e práticas socioculturais que a integram, foram ignoradas pelo ordenamento – tanto internacional quanto brasileiro – excluindo esse universo das políticas de patrimonialização. Esse fato é sintomático de um cenário mais amplo, marcado pela desvalorização e pelo preconceito que o mundo rural enfrenta no âmbito das políticas patrimoniais, cujos formuladores sistematicamente ignoram que a “agricultura é cultura” (RUIZ, 2015, p. 36).

Essa exclusão contribui significativamente para as precárias condições que as trabalhadoras e os trabalhadores do campo enfrentam em diferentes regiões do planeta, caracterizado pela imposição da mecanização da produção (o que inviabiliza a manutenção das pequenas propriedades rurais), substituição da produção tradicional por intensiva, concentração fundiária – um dos problemas da sociedade brasileira – e êxodo rural, que resulta no esvaziamento do campo, problema com desdobramentos, conforme observado, por exemplo, em território espanhol. Evidente que tal cenário coloca em risco uma enorme riqueza patrimonial intrínseca à atividade agrária. Esse contexto socioeconômico e o incomensurável valor patrimonial presente no mundo agrário e nas práticas agrícolas levaram um grupo de



pesquisadores, liderados pelo Professor Jose Castillo Ruiz, da Universidade de Granada, a propor uma nova categoria conceitual para o debate sobre o patrimônio: o conceito de patrimônio agrário.

Conforme será demonstrado, esta categoria permite refletir sobre os bens passíveis de patrimonialização vinculados às práticas agrárias, as quais devem possuir vínculos com a função agrária executada diretamente pelo agricultor, além de apresentar compromissos estabelecidos em âmbito sócio-histórico. Cabe destacar a importância que o conceito atribui àqueles bens utilizados em práticas agrárias vigentes e produtivas. Esta característica do conceito possibilita a proteção de agrossistemas vivos, suprimindo a ideia de que a patrimonialização exige um processo de fossilização do bem protegido. Neste caso, os agricultores, adicionalmente, mantêm os processos produtivos e a consequente valoração agrária dos bens (RUIZ, 2015, p. 37).

Nesse segmento, a proteção do patrimônio agrário desempenha um papel significativo no contexto do desenvolvimento regional e territorial. Sua preservação e promoção são fundamentais para a construção da identidade e do senso de pertencimento de uma comunidade ou região. Esse senso de identidade cultural implica em um ambiente propício para o desenvolvimento regional, estimulando a coesão social e o engajamento cívico.

O conceito de desenvolvimento regional diz respeito à promoção de um crescimento econômico, social e ambientalmente equilibrado em uma região geográfica específica. Ele engloba a implementação de políticas, estratégias e ações voltadas para fortalecer a economia local, aprimorar a qualidade de vida da população e reduzir as disparidades regionais. Ademais, reconhece-se que cada região possui características e potenciais distintos, como recursos naturais, infraestrutura, capital humano e cultural, buscando identificar e aproveitar os pontos fortes de cada região, impulsionando os setores econômicos locais, estimulando a inovação, gerando empregos e promovendo a diversificação econômica (RIEDL, 2021; OLIVEIRA, 2021).

Além do aspecto econômico, o desenvolvimento regional também considera o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas que residem na região. Isso engloba a oferta de serviços públicos adequados, como saúde, educação e infraestrutura social, bem como a promoção da inclusão social, igualdade de oportunidades e desenvolvimento humano. Um elemento crucial do desenvolvimento regional é a cooperação entre diversos atores, tais como governos locais, setor privado, organizações da sociedade civil e comunidades locais. A colaboração entre esses atores é fundamental para o planejamento e a implementação de



estratégias de desenvolvimento regional, levando em consideração as necessidades e aspirações locais (RIEDL, 2021; OLIVEIRA, 2021).

Ademais, o desenvolvimento regional pode ser impulsionado por políticas e instrumentos de governança que incentivam a descentralização de recursos, a participação cidadã, a capacitação local e a sustentabilidade ambiental. Também é importante considerar a dimensão territorial, estabelecendo conexões e complementaridades entre diferentes áreas geográficas (RIEDL, 2021; OLIVEIRA, 2021).

Por outro lado, a dinâmica territorial do desenvolvimento encontra sua base de conhecimento nos recursos específicos de um determinado quadro socioeconômico, estabelecendo uma conexão sólida com o território. Ele enfatiza valorização dos recursos endógenos e as capacidades locais de um determinado território, levando em consideração suas particularidades geográficas, culturais, socioeconômicas e ambientais. O desenvolvimento territorial é mais direcionado para a promoção do desenvolvimento sustentável em um nível local, valorizando as especificidades e identidades de um território específico (DALLABRIDA, 2021).

Enquanto o desenvolvimento regional tem uma perspectiva mais ampla, envolvendo políticas e estratégias em níveis geográficos mais amplos, o desenvolvimento territorial concentra-se em ações específicas direcionadas para um território delimitado. O desenvolvimento regional pode abranger múltiplos territórios e requerer a coordenação e colaboração entre diferentes atores e governos locais. Por outro lado, o desenvolvimento territorial busca a valorização das especificidades locais, com maior ênfase nas potencialidades e recursos endógenos de um território específico (DALLABRIDA, 2021).

A salvaguarda do Patrimônio Agrário desempenha um papel fundamental no impulso do desenvolvimento econômico de uma região. Ao proteger devidamente as técnicas de manejo e trabalho tradicionais, bem como suas tradições como um todo, os trabalhadores rurais adquirem a capacidade de gerar mais renda, resultando em uma melhoria significativa na qualidade de vida da comunidade e região como um todo. Além disso, a educação patrimonial desempenha um papel essencial ao capacitar a comunidade local para um engajamento ativo na preservação e valorização de suas próprias práticas, promovendo assim a participação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável.

Este ponto nos parece fulcral, pois consiste em condição *sine qua non* para a manutenção do exemplo de patrimônio agrário que será apresentado a seguir: o caso das caívas na microrregião de Canoinhas, Santa Catarina. Embora o estado de Santa Catarina – comparativamente às demais 27 (vinte e sete) unidades da federação – detenha o 3.º



(terceiro) melhor índice de desenvolvimento humano (IBGE, 2010), o exame do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), revela acentuadas assimetrias e disparidades socioeconômicas entre as 20 (vinte) microrregiões que compõem o estado catarinense, dentre as quais a microrregião de Canoinhas ocupa apenas a 18.<sup>a</sup> posição (antepenúltima) no ranking estadual do IDH-M. Os baixos índices verificados na microrregião de Canoinhas decorrem dos processos históricos, sociais, políticos e econômicos relacionados ao extrativismo de produção<sup>1</sup> e à concentração fundiária e de renda<sup>2</sup>, que atualmente fustigam a sociedade regional e emperram as estratégias de desenvolvimento. Deste modo, o IDHM permite validar a afirmação de que a microrregião de Canoinhas representa um território estagnado no estado de Santa Catarina (TOMPOROSKI e MARCHESAN, 2016).

A microrregião de Canoinhas é constituída por doze municípios localizados no planalto norte de Santa Catarina, região sul do Brasil: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande, Três Barras. Esse conjunto de municípios ocupa uma área total de 9.420,322 km<sup>2</sup>, e acolhe uma população de 243.782 habitantes, dos quais aproximadamente oitenta e dois mil (cerca de 1/3 do total) vivem no meio rural, ao passo que, aproximadamente cento e sessenta e dois mil (em torno de 2/3 do total) residem em áreas urbanas (IBGE, 2014).

Dentre as características peculiares da microrregião de Canoinhas, sobressaem as disputas fundiárias e os conflitos sociais relacionados à posse e uso da terra. No início do século XX, a região na qual se insere o território, transformou-se no palco da Guerra do Contestado (1912-1916), um dos maiores movimentos sociais da história brasileira. O conflito suscitou a resistência da população camponesa à destruição do seu modo de vida e à destinação de suas terras para companhias norte-americanas, do setor ferroviário e madeireiro, além de ingentes proprietários rurais (TOMPOROSKI e BUENO, 2017). No auge dos combates, a população local chegou a enfrentar, à época, mais da metade do efetivo de soldados do exército brasileiro, cerca de sete mil homens, além das polícias locais. Ao término do conflito, estima-se que tenham sucumbido dezenas de milhares de pessoas (MACHADO, 2004). A população local se tornara alvo de um processo de genocídio, que buscava, por um

<sup>1</sup> O termo “Extrativismo de Produção” refere-se à combinação da extração de recursos naturais com a produção de bens ou serviços.

<sup>2</sup> O Brasil apresenta desde sua colonização até os dias de hoje concentração fundiária e de renda. Krajevski (2022) destaca que no último censo agropecuário de 2017 restou caracterizada certa elevação na concentração de terras e a renda média dos municípios da região do Planalto Catarinense é inferior a 50% da renda do estado de Santa Catarina. Em relação à concentração fundiária, também apresenta que em 2017 apenas dois municípios possuem classificação de concentração “média a forte” (Itaiópolis e Porto União) e “[...] os demais (doze municípios) possuem concentração fundiária de “forte a muito forte”” (KRAJEVSKI, 2022, p. 219).



lado, a eliminação de possíveis focos de resistência e, por outro, a “limpeza étnica” da região, obliterando a população cabocla, não-branca. Os projetos de desenvolvimento do governo brasileiro, através de políticas públicas ainda suportadas em preceitos raciais, consideravam os imigrantes centro-europeus como ideais para o trabalho e desenvolvimento do território (BAZZANELLA, MARCHESAN e TOMPOROSKI, 2020).

Nas décadas subsequentes ao término da guerra, a população da microrregião de Canoinhas teve que enfrentar consequências danosas daquele conflito, que modificaram as relações sociais, políticas e econômicas anteriormente existentes naqueles municípios, e legaram marcas indeléveis àquela sociedade. É razoável delimitar três fatores vigentes na microrregião de Canoinhas, que geram entraves à implementação de estratégias de desenvolvimento territorial: (i) em decorrência do trauma associado ao conflito social e ao genocídio praticado contra os caboclos, a população que reside naquele território imbuíu-se em sentimentos de vergonha, que impuseram o silenciamento sobre o movimento e a luta dos camponeses; (ii) a expansão fundiária, outrora já vivenciada, que promove a concentração da propriedade da terra, sob controle de latifundiários e de empresas multinacionais; (iii) a perpetuação de modelo econômico que privilegia o extrativismo de base silvícola, destinado à produção de papel e celulose; (iv) incisivo processo de exploração do trabalho por parte das elites remanescentes que produziram a violência que marcou o Contestado em décadas anteriores (TOMPOROSKI, 2016).

A manutenção e ampliação de uma matriz produtiva voltada ao extrativismo, exigem uma demanda crescente por áreas de terras destinadas a florestamentos de árvores tais como Eucaliptos e Pinus Elliotti, resultando no incremento da concentração fundiária pelas grandes companhias e por fornecedores de matéria-prima. Em consequência desta matriz produtiva, uma parcela de pequenos agricultores, desestimulados em produzir alimentos, principalmente aqueles ligados à agricultura familiar e à produção agroecológica, aderiram ao plantio silvícola. Esse processo tem fragilizado o uso dos solos e inibido a diversificação da produção agrícola, que, se fosse levada a efeito, poderia contribuir para o desenvolvimento sustentável (TOMPOROSKI, DALLABRIDA e MARCHESAN, 2019).

Com o propósito de evidenciar a estrutura fundiária vigente na microrregião de Canoinhas, foi analisada, mediante cruzamento de dados, a distribuição da área ocupada em relação à quantidade de estabelecimentos agropecuários, segregada pelas dimensões das propriedades. Constata-se que, não obstante 94,77% do número de estabelecimentos agropecuários apresentar área igual ou inferior a 100 hectares, tais propriedades ocupam apenas 45,07% da área total. Reciprocamente, apenas 5,23% dos estabelecimentos



agropecuários ocupam 54,93% da área total. Além disso, cabe destacar que, embora 41,83% das propriedades possuam área inferior a 10 hectares, ocupam tão-somente 4,97% da área total. Por fim, algo alarmante, menos de 1% das propriedades ocupam quase um terço da área total. Considerando este último fato e, grosso modo, que apenas 5% das propriedades ocupam quase 55% da área total, obtém-se um panorama que revela um incisivo processo de concentração da propriedade da terra na microrregião sob análise (TOMPOROSKI, 2019). Diante de tal cenário, tornam-se plausíveis os argumentos – anteriormente mencionados – de que o extrativismo e a matriz produtiva, vigentes na atualidade, estimulam a concentração fundiária na microrregião de Canoinhas/SC. O desenvolvimento local, regional e nacional, bem como a superação da pobreza no Brasil, estão associados, entre diversos fatores, à distribuição de terras e de recursos agrícolas. Altos índices de concentração fundiária desencadeiam consequências deletérias para o desenvolvimento, principalmente no âmbito municipal. Pesquisa realizada pela Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam) constatou que municípios com menor concentração fundiária apresentam maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e menor concentração de renda. Ao mesmo tempo em que quanto maior a concentração fundiária, menor o PIB per capita. Portanto, quanto maior a concentração fundiária, maior a concentração de renda, e, logo, maior a desigualdade (OXFAM, 2016, p. 14).

O processo de concentração fundiária restringe as alternativas de desenvolvimento territorial, pois promove a ampliação da atividade monocultora silvícola em detrimento da diversificação da produção, impactando diretamente sobre os pequenos proprietários rurais e seus familiares, induzindo o êxodo rural, estimulando a migração dos filhos de camponeses para áreas urbanas, em busca de melhores condições de vida. Em última instância, no território sob análise, as características do processo histórico, a manutenção da matriz produtiva extrativista e a concentração da terra e da riqueza, acabam provocando o aumento da desigualdade social. A partir da análise de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtém-se uma perspectiva da realidade vivenciada pela população que reside na microrregião de Canoinhas: (i) em média, 35,33% da população possui renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo; (ii) em média, apenas 17,62% da população possui ocupação formal; (iii) em média, apenas 13,15% das vias públicas são urbanizadas; (iv) metade dos municípios (seis) apresentam IDH inferior a 0,700 (IBGE, 2010).

Ademais, ressalta-se as dificuldades para superação do modelo econômico vigente, amparado em produtos primários, os quais não necessitam de beneficiamento, reduzindo o valor agregado e desestimulando o crescimento econômico. Uma consequência diretamente



observável, decorrente da continuidade desse modelo, virtualmente esgotado, consiste na proliferação dos problemas sociais que afligem a microrregião de Canoinhas. Embora a microrregião integre um dos estados mais desenvolvidos da federação, destaca-se por alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado, o que desvela assimetrias regionais e, em âmbito microrregional alcança intensidade expressa nos dados anteriormente analisados. Tais assimetrias demandam estratégias alternativas de desenvolvimento, com base na sustentabilidade e nas potencialidades regionais endógenas, que, por sua vez, esta proposta de pesquisa pretende identificar e publicizar.

É preciso salientar que, países ou territórios, caracterizados pela vigência de uma matriz produtiva baseada no extrativismo, apresentam carências no setor exportador e no mercado interno, sobretudo no setor de serviços, impossibilitando a obtenção de excedentes em divisas, visando a execução de investimentos em infraestrutura e nos setores básicos da sociedade. Na microrregião de Canoinhas, manifestam-se essas carências. Suas exportações resultam de produtos primários e das atividades das indústrias extrativistas, mormente a silvicultura direcionada à produção de celulose. Todavia, nesses setores - vinculados à produção de commodities - os preços são controlados pelos países dominantes ou por grandes corporações. Por conseguinte, dada a exploração maciça dos recursos naturais, eleva-se a concentração fundiária e se produz acentuado impacto ambiental, especialmente a degradação do solo e dos mananciais, gerando, em contrapartida, retorno econômico desproporcional à sociedade do entorno, por decorrência demarcando a estagnação da dinâmica social (SEGRELLES, 2001).

Diante deste cenário, faz-se mister contribuir para a construção de um processo de desenvolvimento territorial em bases políticas, econômicas e sociais diferenciadas. Para tal finalidade, é necessário que se considerem os recursos materiais e imateriais oriundos do patrimônio agrário presente no território. Tais recursos contrapõem-se às práticas que ainda se manifestam entre as políticas públicas e empreendimentos econômicos e que limitam a superação do modelo vigente, o qual dilapida os recursos ambientais, concentra a riqueza e contribui para a perpetuação da miséria e exclusão social.

As peculiaridades da microrregião de Canoinhas – perfil socioeconômico da população e consequente desigualdade social – exigem a busca por estratégias de desenvolvimento sustentável, que permitam, gradativamente, suplantar essas disparidades. Essa busca perpassa as potencialidades do território, a partir de seus elementos endógenos – considerados aqueles recursos específicos – e a maior participação dos atores locais no fomento do almejado processo de desenvolvimento, por meio da utilização dos elementos



patrimoniais existentes no território, que caracterizam sua identidade territorial (PLAZA, CAÑIZARES, PULPÓN, 2017, Pg. 17).

Nos últimos anos, ampliou-se o debate acerca dos processos de patrimonialização, e, em decorrência, novas categorias, novos tipos de patrimônio, vêm sendo criados, caso do patrimônio agrário. A categoria conceitual de patrimônio agrário foi desenvolvida por um grupo de pesquisadores predominantemente da Universidade de Granada, Comunidade Autónoma de Andaluzia, no Sul da Espanha. Tal categoria possibilita a ampliação da capacidade analítica das ferramentas acadêmicas disponíveis, e foi consolidada na Carta de Baeza (2012), segundo a qual: “O patrimônio agrário está conformado pelo conjunto de bens naturais e culturais, materiais e imateriais, gerados ou aproveitados pela atividade agrária ao longo da história” (RUIZ, 2015, Pg. 452).

O presente artigo busca a identificação, análise, preservação e difusão dos bens agrários da microrregião de Canoinhas. Os bens agrários considerados mais relevantes culturalmente podem ser declarados parte do patrimônio cultural. O reconhecimento de determinado bem como patrimônio cultural implica o início do processo de proteção, que desencadeia ações de conservação, fomento e divulgação dos referidos bens. Esse processo pode ser potencializado em consonância com experiências vinculadas, por exemplo, ao agroturismo e à produção e comercialização de produtos advindos da agricultura familiar, alavancando o processo de desenvolvimento territorial de base sustentável.

A aplicação da categoria de patrimônio agrário permite a valorização da atividade agrária e dos indivíduos envolvidos nela, com especial atenção aos elos mais frágeis do segmento: as práticas tradicionais e ambientalmente sustentáveis e seus executores – camponeses, criadores e pequenos proprietários – através de produção em base familiar, conforme demonstrado em estudos comparativos entre a região em tela e o território espanhol (TOMPOROSKI e TABASCO, 2019; TOMPOROSKI, 2020). Em suma, o patrimônio agrário atende às demandas por desenvolvimento, pois incorpora uma finalidade tutelar distinta, que consiste no aproveitamento produtivo ou acolhimento do patrimônio como fator de desenvolvimento. “Isto permite vincular o patrimônio a estratégias de desenvolvimento ou à atividades produtivas, especialmente no âmbito local” (RUIZ, 2015, p. 57).

## **Materiais e métodos**

Este artigo resulta de investigação que apresentou como aporte metodológico uma abordagem qualitativa, articulando três procedimentos: investigação, interpretação e análise



dos dados e produção escrita dos resultados da pesquisa. A primeira etapa consistiu em ampla revisão bibliográfica sobre os temas centrais da investigação. Posteriormente, a segunda etapa do processo metodológico ocorreu com base em sistemática investigação documental, a qual pretendeu coletar e analisar todas as fontes disponíveis ou localizáveis e foi articulada com saídas a campo para investigação *in loco* de caívas localizadas na Microrregião de Canoinhas.

A partir da análise e interpretação dos dados coletados, realizou-se a terceira etapa do procedimento metodológico, que consistiu na redação do presente artigo, o qual está estruturado em três partes. Inicialmente é apresentada a definição e principais características do conceito de patrimônio agrário, a partir do processo de constituição desse marco conceitual, oriundo das pesquisas desenvolvidas pelo Professor Jose Castillo Ruiz e sua equipe de pesquisadores e pesquisadoras. Em seguida, busca-se apresentar o recorte territorial previamente selecionado, qual seja, a Floresta Ombrófila Mista (FOM), localizada na região Sul do território brasileiro, e parte de seus remanescentes conservados por meio do uso histórico, denominados caívas, bem como seu dimensionamento e o debate jurídico relativo ao seu uso. Por fim, busca-se demonstrar que o conjunto de práticas produtivas e socioculturais vinculadas a tais bens patrimoniais, as caívas, configuram efetivo exemplo de patrimônio agrário em território brasileiro.

## Resultados e discussão

Estudos desenvolvidos na Espanha, especialmente ao longo da última década, possibilitaram a difusão internacional e a adoção do patrimônio agrário como arcabouço teórico-metodológico de análise e atuação sobre os bens agrários, a partir das diferentes dimensões e formas de abordá-los, tanto na Espanha como em nível internacional.

## O Patrimônio Agrário

Em obra publicada no ano de 2015, um grupo de pesquisadores espanhóis, liderados pelo Professor José Castillo Ruiz, catedrático de História da Arte da Universidade de Granada, propôs a delimitação de um novo tipo de patrimônio cultural. Esta nova tipologia permite incorporar e afirmar o reconhecimento adequado ao tipo de bem gerado pela atividade agrária. Sua aplicação prática funciona como instrumento de intervenção sobre os espaços rurais, e especialmente, como mecanismo viável e adequado para dar resposta aos graves problemas



que tem enfrentado a atividade rural no presente: i) segurança e soberania alimentar; ii) destruição do meio ambiente; iii) privatização e mercantilização de bens comuns; iv) perda de biodiversidade cultivada, etc. (RUIZ e YANEZ, 2015, p. 24).

O conceito de patrimônio agrário refere-se à identificação dos valores e significados que valoram os bens agrários, os quais são de fundamental importância para a história da civilização humana. Elementos como a biodiversidade cultivada, coevolução social e natural, alimentação, configuração da estrutura urbana e territorial, pensamento, filosofia e religião, organização social, política e econômica, etc. (RUIZ e YANEZ, 2015, p. 12) e, sobretudo, com a descrição de todos aqueles posicionamentos e abordagens dos bens agrários que implicam algum tipo de reconhecimento, valoração, fomento, apoio, consideração, respeito, preservação e inclusive proteção. A definição de patrimônio agrário incorpora um amplo conjunto de bens como bens móveis, imóveis, conhecimentos, dentre outros<sup>3</sup>.

Não obstante a Carta de Baeza se constituir em documento normativo que permite a difusão internacional do conceito de patrimônio agrário, viabilizando sua aplicação a bens agrários situados em quaisquer países do mundo, o conjunto de investigações que estabeleceu os parâmetros considerados pela Carta, reunidos na obra intitulada: *“El Patrimonio Agrario: la construcción cultural del territorio a través de la actividad agraria”*, fora publicado no ano de 2015. Ao longo do texto, os autores expressam o objetivo do conceito de patrimônio agrário, que consiste em proporcionar uma visão integrada, contemplando bens dotados de valor agrário em seus aspectos inter-relacionais, conjuntamente, evitando-se o reconhecimento fragmentado e descontextualizado dos bens agrários. Os processos de singularização também podem suscitar empecilhos, pois, ao se privilegiar determinados aspectos de um produto em detrimento de outros, se impõe um papel secundário à atividade agrária, subordinando-a e obscurecendo a importância do agrário (RUIZ, 2015, p. 29).

A identificação, reconhecimento e valoração dos bens patrimoniais agrários, processo comumente denominado por “patrimonialização”, quando efetivado, apresenta potencial para gerar benefícios a um determinado território. Tal processo de patrimonialização tende a incrementar medidas protetivas, além de medidas de fomento – por meio do aporte de recursos governamentais ou mesmo externos, – e difusão dos referidos bens, inclusive, no próprio território, propiciando a obtenção de uma perspectiva abrangente e integrada dos bens agrários, o que possibilita a formação de uma percepção ampla acerca das características e do potencial agrário de determinada sociedade. Este fato, que excede o potencial econômico, promove o reconhecimento e fortalecimento da autorrepresentação e da identidade territorial,

<sup>3</sup> Carta de Baeza, 2012



seja pelas pessoas e instituições exteriores ao território, seja pelos próprios indivíduos que ali residem.

Ademais, no caso de trabalhadoras e trabalhadores envolvidos em atividades agrárias, o processo de patrimonialização tende a elevar a autoestima e o sentimento de pertencimento a determinado lugar e sua respectiva identidade. Em relação aos demais indivíduos, não diretamente envolvidos com a atividade agrária – caso da população urbana do território onde tais bens foram identificados – suscita uma valorização que desencadeia a conscientização e o respeito, tanto pela atividade agrária, quanto por aquelas e aqueles que a praticam.

Portanto, os bens que admitem patrimonialização, por intermédio do conceito de patrimônio agrário – conforme exposto anteriormente – precisam possuir vínculos com a função agrária executada diretamente pelo agricultor, além de apresentar um caráter histórico. Destaca-se que aqueles bens utilizados em práticas agrárias vigentes e produtivas – caso das caívas, exemplo sob análise –, também poderão obter proteção.

Convém enfatizar que a Carta de Baeza explicita atributos relacionados à atividade agrária, a qual atende a um direito fundamental, apesar de não contemplado em muitas sociedades: o direito à alimentação, à soberania alimentar, que permite a realização de uma vida sã, justa e solidária (Carta de Baeza, 2012). Em consonância, o patrimônio agrário admite relações mais equilibradas entre o território e o trabalho produtivo, justamente pelo respeito à utilização racional dos recursos ambientais disponíveis. A propósito, possui a peculiaridade de resultar de um processo de transformação histórica, compartilhado pela sociedade e com meio ambiente. Ademais, contribui para a preservação da biodiversidade, por meio da conservação de espécies locais. Através do reconhecimento e proteção de bens utilizados pela atividade agrária. Enfim, o patrimônio agrário promove a fusão das dimensões cultural e biológica, contribuindo para a proteção ambiental de determinadas zonas patrimoniais.

No tópico seguinte será apresentado detalhadamente o caso das caívas, o qual, conforme argumenta-se nesse artigo, atende aos critérios estabelecidos pelo debate a respeito do conceito de Patrimônio Agrário e apresenta-se como um relevante exemplo de patrimônio agrário localizado no sul do Brasil.

### **“História, seguro e tradição”: as caívas enquanto conjunto de práticas culturais**

Conforme analisado anteriormente, as caívas localizadas na microrregião de Canoinhas consistem em um ecossistema associado à Floresta Ombrófila Mista, reconhecido nas propriedades rurais como área de múltiplo uso, onde se explora a madeira, extrai-se a erva-



mate, coleta-se frutos e ervas medicinais. Tais espaços são preservados por meio da manutenção de várias espécies arbóreas nativas, do pasto para a criação de rebanhos bovinos, de ovinos e equinos para uso familiar (HANISCH *et al.*, 2016). A figura 2 retrata as áreas de caíva.



Figura 2. Caívas. Epagri, 2020.

O termo caíva, entretanto, é de origem incerta. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, advém da língua tupi, significando “terra imprópria para cultivo” (FERREIRA, 1999, p. 2128). Porém, com base na etimologia do vocabulário tupi antigo, o termo mais próximo seria *kaá aiba*, que quer dizer “mato ruim” (CARVALHO, 1987). Nessa perspectiva, não necessariamente teria um sentido negativo, mas sim a designação de um espaço de floresta divergente do habitual, podendo representar um ambiente aberto, rasteiro, espaçado ou com pouca predominância arbórea.

Na Microrregião de Canoinhas, as caívas representam uma alternativa econômica importante para as pequenas e médias propriedades rurais. Fornecem, por boa parte do ano, pastagens, além de ser um ambiente caracterizado pela extração da erva-mate e pela presença de araucárias (espécie nativa de onde se obtêm o pinhão). Contudo, sua existência vem sendo cada vez menos percebida, sobretudo pela crescente capitalização das propriedades rurais, sucumbindo às técnicas de intenso uso do solo, com redução significativa de áreas florestais. Isso tem ocorrido em detrimento de tradicionais métodos de manejo, vistos como atrasados e pouco rentáveis por setores governamentais, pelo agronegócio e até mesmo pelas gerações mais jovens dos proprietários das caívas. Importante destacar que a Carta de Baeza (2012) enfatiza valores agroecológicos e ambientais (RUIZ, 2015, p. 43).

Além das razões produtivas, pode-se afirmar que muitos desses ambientes florestais, reconhecidos como caívas, continuam preservados por motivações que extrapolam o uso



econômico. Inserem-se no âmbito da preservação de um modo de vida, atrelado a concepções tradicionais que remetem aos séculos anteriores, à presença das populações indígenas, ao modo de vida da população cabocla<sup>4</sup> e ao aprendizado dessas técnicas produtivas por parte dos imigrantes centro-europeus que começam a se instalar na região a partir de meados do século XIX. Esses métodos, ou melhor dizendo, modo de vida, caracterizam-se pelo uso das matas para criação de animais soltos, exploração da erva-mate e obtenção de frutos e medicamentos. Um sistema que se aproxima do conceito de Renk (1997, p. 97) de “roça cabocla”, dividido entre “terras de plantar” e “terras de criar”. Sob essa perspectiva, as caívas podem ser também consideradas remanescentes florestais das “terras de criar”. Contudo, o aspecto mais significativo da relação existente entre um modo vida tradicional e as caívas, está nos nexos que essas populações definiram com o espaço físico, geográfico, elaborando assim um sentido patrimonial.

Ao longo da história, diferentes civilizações e sociedades estabeleceram distintas relações com o espaço, depreendendo e interpretando os elementos naturais e culturais que os definem e concebendo assim variados espaços, distinguidos em múltiplas características socioculturais. Uma vez que o patrimônio cultural, no âmbito de sua conceituação, constitui-se pelas respectivas características naturais e sociais resultantes da percepção e interação do ser humano, o patrimônio agrário é fruto de relações humanas estabelecidas no âmbito da produção agrária. As caívas perpassam categorias distintivas do patrimônio cultural e, pelo seu liame com a questão agrária, referem-se consequentemente a elementos constitutivos do Patrimônio Agrário.

Mello e Peroni (2015), ao proporem uma definição das caívas baseada na percepção dos próprios agricultores familiares que as mantêm em suas propriedades, externam dados significativos para uma definição mais completa desses remanescentes de Floresta Ombrófila Mista<sup>5</sup> a partir de uma perspectiva patrimonial. Segundo os resultados apresentados, dentre as 28 (vinte e oito) famílias entrevistadas pelos autores, é possível identificar ao menos 11 (onze) práticas de manejo das caívas, “sendo a coleta de lenha, o pastejo do gado, a poda da camada herbácea e a extração da erva-mate as mais comuns”<sup>6</sup> (MELLO; PERONI, 2015, p.

<sup>4</sup> O termo caboclo refere-se ao “habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores e posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos da tradição religiosa de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclados”. In: MACHADO, 2004, p. 48.

<sup>5</sup> A Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucárias, é um ecossistema florestal encontrado principalmente na região sul do Brasil. (Parizotto *et al*, 2019).



6, tradução nossa). Entretanto, a maior contribuição dos autores para compreensão das caívas enquanto bem patrimonial está na percepção de que elas constituem um mosaico, um gradiente de paisagem que sofreu alterações devido às constantes modificações culturais e legais ao longo da história, mas que se mantêm preservadas por constituírem espaços de tradição.

À vista disso, o próprio conceito de caíva, apresentado e discutido pelos autores aqui abordados, pode ser considerado um objeto em construção (FÖETSCH, 2014; HANISCH, *et al.*, 2016; HANISCH *et al.*, 2021; MELLO; PERONI, 2015), sendo possível suscitar a necessidade de um maior delineamento de suas características constitutivas. Pois, ao se considerar as caívas como um bem patrimonial agrário, isto é, resultado da interação humana, que expressa características de uma sociedade, conseqüentemente estar-se-á inserindo-a no âmbito das relações sociais, seja em razão de objetivos e interesses comuns, ou como sentido e sentimento de pertencimento a determinado grupo, território ou modo de vida. Trata-se, portanto, de um exemplo de patrimônio cultural que não exclui, mas que extrapola a relação econômica do seu uso. Está vinculado à dimensão cultural e social, sendo elemento constitutivo fundamental do sentimento de pertencimento de determinada população em relação ao seu território. É também admissível apreender as caívas como bens patrimoniais relevantes e preservados através de um elo de sociabilidade estabelecido entre as populações rurais do território.

Dessa forma, as caívas podem ser definidas pela existência de três características que não necessariamente estão atreladas a usos meramente econômicos, mas a elevado grau de aceitação e reconhecimento social. Em primeiro lugar, são produto de uma tradição cultural longínqua, que remonta às práticas indígenas, moldadas e adaptadas pela população local ao passar dos anos, tendo sido inclusive assimiladas pelos imigrantes europeus. Em segundo lugar, as caívas constituem espaços vividos, compartilhados e ressignificados entre as gerações, mantidos por laços afetivos, ligados a um sentimento de pertencimento, seja ao próprio território ou ao grupo familiar e étnico que, por longos anos, subsiste ou complementa a renda através das caívas. Por fim, as caívas podem ser definidas como um espaço de mata, que fornece condições mínimas para manutenção de outras práticas tradicionais cotidianas, ou seja, fornece a lenha para uso do fogão, o leite para consumo familiar e a produção artesanal de derivados, e as ervas necessárias para a atenuação das enfermidades através de chás e benzimentos.

Esses aspectos não estão apenas na dimensão do material, do tangível, inserem-se na dimensão do intangível, pois são exercidos por percepções que atribuem sentido àquele bem



patrimonial agrário. Estão, portanto, no campo do imaginário, dos sentimentos. Logo, as caívas podem ser consideradas um conjunto de práticas culturais materializadas no uso e na preservação de um ambiente, de um bem cultural, que fornecem sentido de pertencimento às populações que as preservam. Em síntese, inserem-se na compreensão do território como patrimônio, pois, para as famílias de agricultores da Microrregião de Canoinhas, “as caívas são mais que áreas de cultivo. São história, seguro e tradição” (HANISCH, *et al.*, 2016, p. 171).

## Considerações Finais

A dinamicidade do conceito de patrimônio cultural resultou na constituição de outras categorias patrimoniais, que permitissem colocar em valor as atividades humanas com as mais variadas características. Dentre as mais recentes variações desse conceito, destaca-se uma nova categoria, que segue em processo de consolidação e em busca de uma normativa própria e adequada às suas especificidades. Essa nova categoria é o patrimônio agrário, desenvolvida há pouco mais de uma década, e com enorme potencial, especialmente para territórios que buscam processos sustentáveis de desenvolvimento.

A ampliação do debate sobre patrimônio agrário permitiu a busca por sua aplicação em diferentes regiões do planeta, com especial atenção àqueles territórios marcados por processos históricos que contribuíram para a marginalização do mundo rural e das trabalhadoras e trabalhadores cuja atividade laboral vincula-se à produção agrária. Nesse sentido, constata-se que o caso das caívas, localizadas Microrregião de Canoinhas, Santa Catarina, Brasil, consistem em lapidar exemplo de patrimônio agrário.

As caívas expressam intensa racionalidade no uso dos recursos naturais, contribuindo para a manutenção e preservação ambiental, com destaque para a conservação de espécies florestais locais de um bioma que teve redução de 99% de sua cobertura original. Ademais, expressam a resistência de práticas socioculturais de longa duração e profundamente arraigadas ao modo de vida camponês daquele território. Tais práticas são observadas na manutenção das atividades produtivas e de práticas socioculturais fundamentais: criação de gado, produção de leite e derivados, extração da erva mate, coleta de lenha e manejo de ervas medicinais, amplamente utilizadas em práticas terapêuticas de caráter religioso.

Finalmente, cabe destacar o potencial intrínseco a esta nova categoria patrimonial e sua aplicabilidade, que viabiliza o reconhecimento de práticas culturais historicamente marginalizadas (por serem oriundas do mundo rural), bem como de seus protagonistas,



peessoas que trabalham diuturnamente na produção agrária, permitindo a manutenção da vida no mundo urbano, e produzindo expressões culturais de elevado valor patrimonial. A aplicabilidade desta categoria patrimonial em territórios também marginalizados, em geral localizados no hemisfério Sul, além de permitir seu reconhecimento por parte dos países centrais do atual modelo socioeconômico, apresenta significativo potencial para a valoração de agricultores e agricultoras, cujo trabalho e existência são sistematicamente desqualificados em todo o planeta

## Referências

CARTA DE BAEZA. **Carta de Baeza sobre Patrimônio Agrário**. Universidad Internacional de Andalucía, 2012.

CARVALHO, M. R. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador: [s.n.], 1987.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento territorial *in* GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2ed. Rev e Ampl. Uruguaiana-RS: Editora Conceito. 2021. 961p.

EPAGRI. **Publicação da Epagri orienta sobre melhoria de pastagem em áreas de caíva**. Site oficial, publicação informativa de 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/10/06/publicacao-da-epagri-orienta-sobre-melhoria-de-pastagem-em-areas-de-caiva/> Acesso em 01 jun 2023.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999. p. 2128.

FÖETSCH, A. A. **Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)**. 2014. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FUNARI, P. P; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HANISCH, A. L. et al. Estrutura e composição florística de cinco áreas de caíva no Planalto Norte de Santa Catarina. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo, v.30, p. 303-310, 2010.

HANISCH, A. L.; PINOTTI, L. C. A.; LACERDA, A. E. B.; RADOMSKI, M. I.; NEGRELLE, R. R. B. Impactos do pastejo do gado e do manejo da pastagem sobre a regeneração arbórea em remanescentes de Floresta Ombrófila Mista. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 31, n. 3, p. 1278-1305, 2021.

HANISCH, A. L.; RADOMSKI, M. I.; BONA, L. C.; MARQUES, A. C. Melhoria da produção animal em áreas de caíva e sua contribuição para a viabilização de corredores ecológicos. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v.6, n.2, p.170-188, jul. 2016.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades Santa Catarina. On-line, 2016. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina> Acesso em: 22 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades Santa Catarina. On-line, 2014. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina> Acesso em: 22 out. 2017.

KRAJEVSKI, Luis Claudio. A concentração fundiária no Território da Cidadania Planalto Norte – Santa Catarina, Brasil. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 203-227, set.-dez., 2022 DOI: 10.47946/rnera.v25i64.8521 Disponível em  
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8521> Acesso em

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MELLO, A. J. M.; PERONI, N. Cultural landscapes of the Araucaria Forests in the northern plateau of Santa Catarina, Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, London, v. 11, n. 51, 2015.14

OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando Algumas Teorias Do Desenvolvimento Regional. **Informe Gepec**, v. 25, n. 1, p. 203-219, jan./jun. 2021. Disponível em  
<https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561/17076> Acesso em 02 jun 2023

OXFAM. **A Well-Fed World Plant based hunger solutions**. 2016. Disponível em:  
<https://awellfedworld.org/> Acesso em 02 jun 2023

PLAZA TABASCO, J. J., CAÑIZARES RUIZ, M. del C., & RUIZ PULPÓN, Ángel R. Patrimonio, viñedo y turismo: recursos específicos para la innovación y el desarrollo territorial de Castilla-La Mancha. 2017. **Cuadernos de Turismo**, nº 40, p. 547-571.

RENK, A. A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento *in* GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2ed. Rev e Ampl. Uruguaiana-RS: Editora Conceito. 2021. 961p.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento Regional *in* GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2ed. Rev e Ampl. Uruguaiana-RS: Editora Conceito. 2021. 961p.

RUIZ, J. C. “El Patrimonio Agrario. Razones para su reconocimiento y protección. Desmontando prejuicios, resistencias y menosprecio”. In: RUIZ, J. C; YÁÑEZ, C. M. (Coordinadores). **El Patrimonio Agrario: la construcción cultural del territorio a través de la actividad agraria**. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2015, pp. 21-73.



RUIZ, J. C; YÁÑEZ, C. M. El Patrimonio Agrario: Definición, Caracterización y Representatividad em el Ámbito de la Unesco. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 66, p. 105-124, 2014.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Critica. 2. Ed. 1984.

TOMPOROSKI, A. A.; DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. O Manejo Sustentável dos Remanescentes da Floresta Ombrófila Mista como Alternativa para o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Um Estudo Prospectivo no Planalto Norte Catarinense. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 15, n. 6, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i6.5195. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5195>. Acesso em: 2 jun. 2023.

TOMPOROSKI, A. A; BUENO, E. Terra contestada: as disputas fundiárias nos vales dos Rios Negro e Iguaçu e sua influência para a deflagração do Movimento Sertanejo do Contestado, 1889-1917. *R.E.V.I – Revista de Estudos do Vale do Iguaçu*, União da Vitória, n. 31, p. 131-146, 2018.

TOMPOROSKI, A. A; LACHMAN, V; MAIA, J. C. Patrimônio Agrário como Estratégia de Desenvolvimento da Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha (Espanha) e sua Aplicabilidade à Microrregião de Canoinhas (Santa Catarina, Brasil). **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, Ano 18, n. 53, out./dez. 2020.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O polvo e seus tentáculos. A Southern Brazil Lumberand Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. **Tese** (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2013.

TOMPOROSKI. Alexandre Assis; MARCHESAN, Jairo. Planalto Norte Catarinense: Algumas Considerações Sobre Aspectos Históricos, Características Físico-Naturais e Extrativismo. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. v. 6, n. 2, ed. esp., p. 51-63, jul. 2016.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Unesco, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>Acesso em 16 set. 2021.

VIBRANS, A. C. et al. Structure of mixed ombrophylous forests with *Araucaria angustifolia* (Araucariaceae) under external stress in Southern Brazil. **Revista de Biologia Tropical**, San Jose, v. 59, n. 3, p. 1371-1387, 2011.